

“QUESTÕES DA LUSITANIDADE”: A INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA

Maria Luiza de Carvalho Armando

RESUMO: *Le problème de la lusophonie - y compris celui de l'intégration du monde lusophone - est à présent la problématique fondamentale de la lusitanité, concept qui, du fait de l'expansion portugaise à la Renaissance, ne fait plus désormais référence au seul Portugal, mais désigne au contraire tous les noyaux qui ont émergé dans le monde non européen à la suite du choc luso-colonial. En cette époque de mondialisation uniformisatrice, un rapprochement donnerait l'occasion à ces noyaux - du fait de leurs affinités -, notamment à ceux ayant une base nationale - de pouvoir évoluer dans ce nouveau contexte sans perdre pour autant leur identité. Pour ce faire, néanmoins, les initiatives officielles - naissantes - sont insuffisantes, car faute d'asseoir une réelle conscience lusophone qui passe par la valorisation de la langue portugaise - trait commun, dans la diversité de ses variantes, à ces noyaux, aux cultures sœurs mais plurielles - aucune intégration ne sera réellement possible.*

PALAVRAS-CHAVE: *lusofonia, integração lusofônica, língua portuguesa e unidade na diversidade, consciência lusofônica, língua e identidade cultural no processo de “globalização”.*

No quadro do tema “Questões da lusitanidade”, escolhi a que, para mim, é a fundamental, isto é, a da lusofonia; a qual, de certo modo e até certo ponto, confunde-se com a da lusitanidade, conceito que preside esta mesa.

Como se sabe, o termo “lusofonia” forjou-se por analogia com designações como a de “francofonia”, conjunto dos falantes da língua francesa. No entanto, o conceito de lusofonia não se resume ao aspecto lingüístico, embora a língua seja, na problemática englobada por essa noção, um elemento essencial e, mesmo, central e integrador.

Por outro lado, mesmo se se referisse exclusivamente à língua, esse conceito já seria bastante denso, desde que não se veja na língua um instrumento de comunicação apenas: desde que se a veja como, dos elementos culturais, aquele que expressa todos os outros. E é assim que ela, sob a sua forma escrita, permite a conservação de

Maria Luiza de Carvalho Armando é professora do Instituto de Letras da UFRGS.

um acervo, de um patrimônio - do qual é repositório -, patrimônio que conserva não somente como memória, mas, também, como ponto de partida das novas e constantes criações do processo que a cultura é. E, se na língua se expressam formações culturais diversas, mais se enriquece o seu acervo.

Mas alguém me poderá dizer que aqui se trata de literatura. E tem sido à literatura, também, que tenho dedicado a maior parte do meu labor. Mas nada do que se refira à língua é estranho à literatura, que sem a língua não existiria. Além disso, a literatura não é um fenômeno isolado e totalmente autônomo, não é uma mônada que se basta a si mesma, nem um ser de geração espontânea. Ela é um fenômeno englobado por realidades maiores, que correspondem, grosso modo, aos conceitos de Sociedade, História e Cultura; e nessas realidades maiores tem sua gênese.

Por fim, a presente comunicação é válida aqui, porque a questão da lusofonia, de certa forma, compreende a questão dos cânones.

Já outras vezes tenho abordado o assunto, em ocasiões diferentes, de forma diferente e para públicos diferentes. Mas a certos pontos básicos é necessário voltar sempre.

Por outro lado, deverei abordar o assunto, hoje, em quinze minutos; por isso, só posso dar a esta comunicação o sentido de um alerta. De fato, em qualquer circunstância, nossas considerações podem, quanto à sua recepção, ser de três espécies: seja, como se diz, pregamos no deserto; seja, como dizem os franceses, pregamos a já convencidos; seja, ainda, lançamos uma semente que cairá em poucos, ou em um; mas, sendo esses poucos (ou esse único) multiplicadores, terá valido a pena lançar a semente. Espero que se trate, aqui, da última situação citada.

Espero também que, do exposto nestes poucos minutos, se evidencie a relação que há entre o conceito de lusofonia e o projeto, que venho propondo, da abertura lusofônica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para além da metodologia que é a Literatura Comparada. Tal abertura importaria, tanto na volta ao Curso da Literatura - e da Cultura - Portuguesa, como a introdução, nele, das literaturas africanas em vernáculo.

Começo aqui por dizer que entendo por “lusofonia” o mundo de língua portuguesa; que, quer se queira, quer não, existe como uma realidade de fato, embora ainda não como um fato de consciência; e minha proposta básica é, justamente, de que atuem para transformá-lo num fato de consciência. Nisso, cabe um papel ao professor e ao ensino: de língua, como de literatura, sem exclusão de outros. Esse mundo lusofônico apresenta, antes de mais, um elemento essencial de unidade, que é a expressão em uma mesma língua, embora em diferentes variantes suas.

Note-se que a disseminação geográfica desse mundo lusofônico não é bastante enfatizada; e deve sê-lo, pois poucas línguas têm usuários, como a nossa, nos cinco continentes, que ela tenha aí, ou não, uma base nacional, esteja ou não ligada a um Estado e a uma Nação. De fato, incluem-se no mundo lusofônico, não só Portugal, Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa, como, também, as comunidades portuguesas que, pelo fenômeno secular da imigração, constituem núcleos de

origem lusa em todos os continentes. Portugal hoje preocupa-se, através de uma Secretaria de Estado, com o cultivo da língua vernácula e da cultura de origem entre esses núcleos que, radicados em outras culturas e outros ambientes lingüísticos, tendem a perder a língua e os elementos culturais originários.

Poucas das línguas existentes, por outro lado, compreenderão tão grande número de usuários. Quanto a isso, cabe ao Brasil o mais importante papel e a mais pesada responsabilidade. Quase diria que o futuro da lusofonia, em função de fatores que não posso abordar agora, depende fundamentalmente do Brasil, do que aqui fizermos, tanto da língua portuguesa, quanto dos elementos de lusitanidade de nossa cultura.

Poucas línguas vivas terão, igualmente, um tão importante acervo relacionado ao repositório que é o seu léxico - tão enriquecido pela disseminação que redundava em variantes - e à riqueza de seu patrimônio histórico-cultural. Em suma, remeto ao conceito de “língua de cultura”.¹

Mesmo se se tratasse exclusivamente, no caso, da busca de unidade lingüística, já o conceito de lusofonia seria rico; pois, sendo a língua - como disse - um fato cultural, a comunidade lingüística é também uma comunidade cultural, ainda que como tal se não a que como tal se não a reconheça. E, tanto a língua comum, com suas variantes, como variantes culturais afins só existem porque existe uma história que as gerou. Mas, como, atualmente, se proclama o fim da História, devo declarar, como Albert Camus², que ainda acredito nela, em sua existência, no nosso caráter de seres históricos - tema que, por sinal, se relaciona ao dos cânones -, ainda acredito na historicidade da Cultura e de todos os fenômenos do âmbito cultural e social. Nada que seja humano existe fora da História e da Cultura.

Com isso, retorno à questão da lusitanidade. Será essa apanágio dos portugueses? Tal questão só pode ser devidamente equacionada se se evoca o fato colonial, no caso dos países de língua portuguesa do Terceiro Mundo, ou seja, fundamentalmente, no nosso e no dos países luso-africanos em que o português é (com as línguas nacionais) oficial e veicular. O mesmo será o caso, provavelmente, de Timor Loro Sae (Timor Leste).³

¹V., por exemplo, HOUAISS, 1983 (entre outras obras e trabalhos do Autor).

²CAMUS, 1942, p. 117: “... j’ai choisi l’histoire (...) D’elle au moins je suis certain et comment nier cette force qui m’écrase?”

³Poder-se-iam mencionar também os núcleos de falantes que ainda sobrevivem, por exemplo, na Ásia - quando mesmo, como no caso de Diu, o que sobreviva seja uma forma dialetal - ; mas, para ficar-se apenas com os núcleos de base nacional, menciona-se aqui apenas o Timor Leste. Ao que parece, há pressão da Austrália e dos Estados Unidos da América do Norte para que o Timor adote o inglês e, não, o português, como língua oficial. É provável que esse novo país oficialize também a língua ou dialeto local, o que seria correto e não impediria que o português fosse oficializado. O Timor é um bom exemplo de dominação lingüística por via do político-cultural (e, no caso, também militar), exemplo a opor aos que, negando a - sutil, ou nem tanto - imposição do inglês, por via cultural (em função do econômico e, mesmo, do político) aos brasileiros, pretendem que, ante essa “invasão”, nada deve ser feito: a dominação Indonésia no Timor resultou em que as novas gerações timorenses aprenderam - e falam - a língua indonésia (em função do ensino escolar, entre outros fatores, sendo esse, contudo, básico).

Quanto a isso, lembro que uns e outros somos fruto de um processo que, iniciado na Idade Média e plenamente instalado na época renascentista, instalou o sistema “centro-periferia”, que hoje se vai traduzindo no da chamada “globalização”; sem, no entanto, deixar de lado seu caráter inicial: a globalização se dá sob a égide de algo que ainda exerce a função de centro, embora, hoje, centro que se pode denominar “volátil” (para estarmos na moda), não obstante seja perfeitamente identificável.

E é válido lembrar agora o processo de globalização, pois a integração aqui postulada não é só um meio de opor-se à globalização tal como se se vem apresentando, mas, também, seu exato contrário: enquanto a globalização - tal como a temos - uniformiza, a integração postula a unidade na diversidade.

O fato colonial, originado do processo da expansão europeia na era dos Descobrimentos, é, como todo fato colonial, irreversível. Na verdade, um processo de colonização só pode ser contrariado quando se está fazendo, não, depois de consumado. Assim, e para ficar no nível da língua, hoje ainda podemos reagir contra essa espécie de colonização lingüística que, com a colonização cultural, a está atingindo; amanhã, já será, isso, impossível. Logo, é pelo menos inútil e anacrônico repudiarmos a lusitanidade que nos constitui, sob pretexto de anticolonialismo; não só ela, como componente nosso, é originária, como, também, os colonizadores, hoje, são bem outros!

A respeito das conseqüências culturais que nos brinda o fato de sermos oriundos do fenômeno colonial (o da era mercantilista), gostaria de lembrar duas obras contemporâneas, magistrais, que se podem considerar clássicas: uma, de Paulo Eduardo Arantes, *O sentimento da dialética no pensamento intelectual brasileiro* (costumo dizer que essa obra deveria ser “livro de cabeceira” de todos nós); outra, de Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, extraordinário estudo sobre Machado de Assis.⁴

Isso, para insistir em que nossa constituição cultural - como a dos países luso-africanos, embora de forma diferente - é originada no fato colonial e, que, logo, nossa identidade só pode ser buscada a partir daí. Portanto, rejeitar os nossos elementos de lusitanidade é construir nossa identidade sobre uma falsa base. Nós só existimos porque houve o processo colonial; e esse significou, no caso do Brasil, a preponderância dos elementos de lusitanidade, pois, em tudo, nossa componente ocidental foi, na base, predominante. As culturas africanas entraram no processo como culturas previamente dominadas; e as indígenas, como culturas, não só dominadas, como em permanente extermínio. As primeiras assimilaram-se; as segundas, de forma geral, ou se conservaram à parte, ou desapareceram; e mesmo a assimilação à cultura brasileira de elementos seus é bem mais modesta do que a de elementos africanos. As demais contribuições étnico-culturais são muitíssimo menores, muito posteriores, no curso de nossa história e, para mais, perfeitamente localizadas, geograficamente, no território nacional. Não se trata de ignorá-las; trata-se de avaliá-las em sua exata medida; e de reconhecer que, não obstante as diferentes contribuições étnico-culturais que, como todo país de emigração, o Brasil recebeu, o seu caráter multicultural - atualmente,

⁴ARANTES, 1992. SCHWARZ, 1981 (v. , especialmente, cap. I, “As idéias fora do lugar”).

muito alegado - não decorre essencialmente das contribuições menores, mais recentes e exclusivas de certas regiões, mas, sim, daquelas que lhe formaram a base; entre as quais, a africana, da qual não costumamos orgulhar-nos, desnecessário dizer-se por que razão. E, se tal base é índia, é negra e é lusitana, foi essa última que nos forjou, bem ou mal, as instituições, sem as quais não existem País e Nação.

No caso de países africanos - de culturas autóctones mais fortes e resistentes e, sobretudo, de descolonização recente - ainda se pode justificar a recusa ideológica dos elementos de lusitanidade. No caso do Brasil, essa atitude é pelo menos ridícula, embora exista ainda. E, quanto a intelectuais, é na crença em uma total (e ilusória) autonomia brasileira que assenta, por vezes, a recusa da integração, ou num sentimento de colonizado que já denominei anacrônico, hoje, quando - como antes afirmei - os ventos, por sinal, avassaladores, da colonização cultural sopram de quadrantes bem outros!

Ao falar-se de integração, não se pode esquecer, obviamente, que, além da lusofônica, a outra também estamos chamados. Essa diz respeito ao nosso elemento de “latino-americanidade”, que, se não se baseia na língua, baseia-se, no entanto, em outras afinidades. A integração latino-americana ensaia seus primeiros passos. E, como sempre, o cultural pode ir, como dizemos os gaúchos, “de carona”; nas caronas da integração econômica e, em certa medida, também política, que vem-se esboçando.

Quanto à integração lusofônica, várias são agora, já, as iniciativas oficiais nesse sentido, como a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que já se fez presente na Expo 98, de Lisboa (a última exposição mundial do século) e já tentou atuação política no recente caso do conflito na Guiné-Bissau. Mas, as iniciativas oficiais não bastam; nem terão base nunca, se não se disseminar a consciência de que é importante e necessária a integração da lusofonia. A debilidade dos organismos oficiais - e não só - mostra isso suficientemente.

Ademais, as políticas externas só se podem sustentar na base de políticas internas. E, pergunto, que política cultural temos, no Brasil? E que política lingüística?

Nesse nível, os cânones se traduzem em normas. E não devemos temer, como tememos, a normatização. A falta dela leva ao “vale tudo”, inclusive lingüístico, lamentável fenômeno que a própria imprensa, após haver ajudado a instalar, já agora está questionando.

Em minha opinião, nem os mais envolvidos em tarefas de educação e culturais, como os professores, dão-se conta de que, se o Brasil, já divorciado sob outros aspectos das demais comunidades lusofônicas, continuar se divorciando delas e do padrão lingüístico comum na mesma velocidade em que o faz, em breve, sim, estaremos realizando o ideal romântico: estaremos, de fato, falando, não o português, mas outra língua ou dialeto que longinquamente se lhe pareça. Em primeiro lugar, portanto, cabe-nos valorizar a língua portuguesa, que é ainda, e apesar de tudo, a nossa. E “portuguesa” é uma denominação, a estas alturas, já genérica, pois nem mesmo os portugueses pensam apenas em si próprios ao dizerem que falam português. Obvia-

mente, para tanto, é preciso apostar nessa língua, é preciso desejar que sobreviva, em seus avatares históricos, com o patrimônio comum que nela se formou. Só um espírito por um motivo ou por outro obnubilado poderia julgar que tal conspira contra outras línguas que eventualmente sobrevivam num panorama nacional.

Como se pode objetar que a língua não é estática - justamente, sendo um fenômeno cultural, ela é, ao contrário, dinâmica -, devo lembrar que, nessa matéria como em outras, os opostos se devem equilibrar;⁵ e o equilíbrio será logrado, se o administrarmos como oposição dialética entre dois pólos necessários: o da conservação e o da mudança. Permitir que tal processo penda para um ou para outro pólo será permitir que se desgoverne. Como diriam as vanguardas universitárias dos Anos 60, inspirando-se em Hegel: importa encontrar o equilíbrio dialético entre o antigo e o novo, o feito, que é herdado, e o fazer, que é transformação do feito, fazer cujo produto será, por sua vez, matéria para novas criações⁶

E, como já tenho dito, sem uma valorização da língua portuguesa não haverá futuro para as literaturas nela escritas. E a literatura brasileira, em sendo brasileira, não é a única que se expressa em língua portuguesa. Por que ignorar as demais? Aliás, a integração possível e necessária passa pelo conhecimento mútuo; que, por sua vez, passa, tanto pelo estudo formal, quanto pelo intercâmbio prático. Sem isso, é impossível, inclusive, a descoberta dos cânones que existem espontaneamente, a fim de, a partir daí, erigir aqueles que se revelarem básicos em cânones ou normas comuns a todas as comunidades afins. Para tanto, e restringindo-nos ao âmbito acadêmico, quanto se pode lembrar como útil e necessário! os atlas lingüísticos, como fruto de permanente pesquisa das diversas variantes lingüísticas; um português fundamental, como o básico comum a todas essas variantes; um grande dicionário da lusofonia, que reflita as variantes da língua sob o aspecto léxico; uma gramática básica que a todas, no essencial, corresponda; panoramas literários, sincrônicos ou diacrônicos, que aproximem as literaturas escritas em português (e que - por que não?- historicizem, conservando-as, as que porventura ainda existam no registro do oral); levantamentos de cânones e normas implícitos como o que informa essas literaturas, já não apenas em si mesmas, mas em suas correspondências, diferenciação ou similitude.

E cânones e normas não são elementos de repressão: são elementos de referência e meios de conhecimento ou criação. Implícitos ou explícitos, existiram sempre e sempre continuarão existindo. A própria negação de cânones e normas responde

⁵Ver a esse respeito, por exemplo, CUNHA, 1957.

⁶Ver a respeito disso - a dinâmica da dialética cultural - uma conferência do Professor Ernani Fiori, excluído da Universidade Federal do R. G. do Sul pela ditadura militar instalada no Brasil em 1964, sobre a reforma universitária reivindicada pelas elites estudantis de então, conferência proferida durante a "Greve do Terço" dos estudantes brasileiros (por um terço de participação estudantil na administração da Universidade), publicada em opúsculo, na época, pela União Estadual de Estudantes (UEE) e republicada pela ADUFRGS - Associação de Docentes da UFRGS -, como encarte de um número da revista *Adverso* (cujas referências, infelizmente, faltam agora).

a cânones ou normas...⁷ Explicitá-los e organizá-los (endossá-los ou rejeitá-los, recomendá-los ou combatê-los...) não significa repressão, mas, sim, o movimento do espírito humano em meio ao caos originário.

São os acima citados alguns dos procedimentos que propiciam a integração (mas, antes de mais, é o querê-la o que a propicia). E só a integração, equilibrada e justa, constitui alguma perspectiva de futuro. E - insista-se nisso - a integração dos afins representa uma alternativa ao processo de globalização tal como se vem dando, na medida em que favorece o reforço, na diversificação, das identidades de um “bloco” cultural. De outra forma, não cabem dúvidas, só resta o futuro da homogeneização, sob o império de alguma força hegemônica.⁸

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética no pensamento intelectual brasileiro*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- CAMUS, Albert. *Le mythe de Sisyphe - Essai sur l'Absurde*. Paris, Gallimard, 1942.
- CUNHA, Celso. *Camões e a unidade da língua*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/Ministério de Educação e Cultura, 1957.
- HOUAISS, Antônio. *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas - Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo Duas Cidades, 1981.

⁷Valha, no âmbito da literatura, o exemplo (com escusas pela banalidade desse) do movimento romântico: ao proclamar independência de cânones e normas (no caso, dos clássicos), o que fazia era erigir em cânone e norma a não submissão a cânones e normas...

⁸Um rol bibliográfico mais amplo - inclusive de autoria de quem assina esta breve comunicação - encontra-se em artigo (“A questão da lusofonia”) publicado no número 21 desta revista (“Questões da lusofonia” - vol. 8, 1994), às páginas 33-34. Na página 34, um cochilo de revisão omitiu o título de uma obra de Houaiss: HOUAISS, 1983. Que valha a presente errata. / Acrescente-se à referida relação bibliográfica, da Autora, os principais trabalhos, sobre o tema em questão, posteriores à publicação do número 21 da *Organon*: a) ARMANDO, “A língua portuguesa na volta do milênio (riscos e ameaças): Brasil - Por uma política da língua”, comunicação apresentada ao VI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Rio de Janeiro, agosto de 1999 (a ser publicada nas atas do congresso); b) *Idem*, “A língua portuguesa e a integração da lusofonia - Brasil: o risco da fratura.”, comunicação apresentada ao congresso das Universidades de Língua Portuguesa que teve lugar em Macau (hoje, China) em abril de 1998 (a ser publicada nas atas do congresso).